

TEMPO EM SÃO PAULO

Bom, com névoa seca.
Temperatura em elevação. Pág.14

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO DE MESQUITA NETO
DIRETOR RESPONSÁVEL

JULIO MESQUITA (1891-1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO (1927-1969)

FRANCISCO MESQUITA (1927-1969)

Capital e Interior de S.Paulo — Cz\$ 15,00

ANO 108

TERÇA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1987

Nº 34.494

Domingo Cz\$ 20,00

Assinatura DEZ/87: Cz\$ 2.050,00

Os índios na nova Constituição — II

Nem só de índios vive o Cimi

O Conselho Indigenista Missionário — Cimi — tem um conceito, no mínimo, elástico de evangelização de índios. O conceito abrange, por exemplo, o patrulhamento ideológico: o encarregado do lobby do Cimi na Constituinte, Júlio Gaiger, assina um documento em que parlamentares são classificados como “direitistas” ou “inimigos dos índios”, caso do senador Jo-

sé Richa e dos deputados Stélio Dias e Raquel Cândido. No acompanhamento dos trabalhos da Comissão de Sistematização, o mesmo Gaiger ressalva que “a questão mineral será nosso principal problema”. Além disso, prega a necessidade de uma pressão popular para pedir a reforma agrária e “(por favor!) mandato de quatro anos para Sarney”.

Página 4

“Violação da soberania nacional”

As reações às denúncias sobre uma trama internacional para desnacionalizar as terras e o subsolo dos índios brasileiros mostraram desde preocupação até tentativas de desmentidos: “Estou estarrecido e preo-

cupado” (Romero Jucá, presidente da Funai); “Violação da própria soberania nacional” (Michel Temer, PMDB-SP); “Meu governo nada tem com isso” (embaixador da Áustria, Nikolaus Horn); “Veemente repúdio

às afirmações do Estado” (nota da CNBB); “Um atentado à soberania da Assembleia Nacional Constituinte” (Gerson Peres, PDS-PA); “Um lobby fortíssimo” (Antônio Brant, do Cimi).

Página 5

Nem só de índios vive o Cimi

O Conselho Indigenista Missionário é uma estranha instituição. Órgão anexo à CNBB, foi constituído em abril de 1972, tendo seus estatutos aprovados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 1977. Basicamente sua missão é incentivar e assessorar o atendimento às populações indígenas em suas necessidades espirituais ou materiais, especialmente no campo pastoral, sempre a partir das próprias culturas indígenas e à luz da revelação. Seguramente por isso é que o Cimi emite parecer sobre todas as questões em que há interesses materiais em jogo, tendo em vista a revelação que concebe de maneira *sui generis* a aproximação das nações indígenas com "a sociedade envolvente", dada a articulação dos índios com "a expansão da população e do capital". Pretendendo preservar a cultura e as tradições indígenas, insiste na educação bilíngüe e na "valorização cultural e do conhecimento profundo e crítico dos mecanismos atuantes nessa sociedade envolvente" — isto é, branca e capitalista (cf. "A proposta do Cimi: Igualitária, autônoma e pluralista". Trata-se do documento referente ao Projeto Grande Carajás).

Não é apenas nesse empenho, em fazer do conhecimento aprofundado

e crítico da sociedade envolvente das nações indígenas uma das armas de sua ação em função da revelação, que o Cimi se insere no contexto político-institucional brasileiro. Em 18 de junho deste ano, o sr. Júlio Gaiger assinava o "Informe Constituinte nº 15", em que dava conta aos "companheiros" de que havia findado mais uma etapa dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte. A título de curiosidade, é interessante observar como o sr. Gaiger — que alguns têm na conta do lobista mais eficiente de Brasília, e outros avançam na ironia, julgando ver nele uma série de semelhanças físicas com dr. Goebbels — cuida do assessoramento às populações indígenas neste relatório:

"A direita avançou ainda mais, nas Comissões (...) O senador José Paulo Bisol fez excelente trabalho... (...) O senador José Richa revelou-se mais à direita do que o esperado. De qualquer modo, o anteprojeto está razoável, embora o próprio Richa tenha excluído o subsolo do usufruto indígena". E segue por aí, analisando o resultado de cada comissão e a atuação de seus membros mais destacados. No item 4, cuida da questão indígena.

"4. Os inimigos dos índios: nas duas fases de emendas junto às Comissões, foi possível detectar a articulação antindígena que, tudo o indica, é patrocinada ou inspirada pelo Conselho de Segurança Nacional. Vários constituintes se prestaram a apresentar emendas, às vezes idênticas, tentando dinamitar o que vinha aprovado desde a Subcomissão das Populações Indígenas. Estes constituintes precisam ter seus nomes anotados, para não serem jamais esquecidos...". Segue-se então a relação dos inimigos dos índios.

No item 5, continua a descrição: "Os que votaram contra os índios: houve apenas dois destaques antindígenas efetivamente votados na Comissão de Ordem Social: um de Stélio Dias, que, em vez de reconhecer as organizações próprias das nações indígenas, propunha o reconhecimento da organização nacional das comunidades indígenas (sutil, mas decisivo); outro, de Raquel Cândido, que propunha a revisão, pelo Exército, de todas as áreas indígenas demarcadas nos últimos cinco anos. Estes dois destaques foram fragorosamente derrotados, mas convém anotar os nomes de quem votou favoravelmente a eles...". Segue-se de

novo a relação dos inimigos dos índios.

A ordem de batalha de Gaiger chega ao requinte de alinhar os membros da Comissão de Sistematização que são "sensíveis à pressão popular". Depois da relação, vêm as ressalvas: "Nota: Julgamos que os membros do PT não necessitam de pressão popular. Vários constituintes elencados acima são progressistas, comprometidos com o movimento popular, e poderão utilizar as mensagens recebidas como argumento junto aos demais. Outros são notáveis conservadores, mas não estão indo bem politicamente e poderão desejar fazer-se simpáticos aos eleitores, vocalizando algumas reivindicações. A pressão popular deve ter por objetivo obter a defesa das reivindicações, e não tanto marcar posições de protesto" (grifos do original).

OS QUATRO ANOS DE SARNEY

Não é apenas no relato minucioso das atividades da Constituinte e na enumeração dos deputados e senadores "diretistas" e "progressistas" que o Cimi cumpre sua missão de evangelizar à luz da revelação. Neste mesmo relatório, Júlio Gaiger trata de dois temas candentes para o Cimi: o Brasil e o presidente José Sarney:

"8. Como se vê, será importantíssimo o acompanhamento junto à Sistematização, que deverá compatibilizar esses textos. A questão mineral será nosso principal problema (grifos da redação). E a pressão popular é parte essencial deste acompanhamento. (...) Prefiram escrever a constituintes do seu estado ou território. Além do pedido específico, peçam a defesa da reforma agrária e (por favor!) mandato de quatro anos para Sarney (grifos do original). É importante pedir também mecanismos de participação popular, iniciativa legislativa direta pelos cidadãos e aprovação da Constituição por referendo popular. Quanto mais telegramas, melhor. Privilegiem o relator, deputado Bernardo Cabral, além dos (bons) relatores adjuntos: senadores Fernando Henrique Cardoso, Wilson Martins e José Inácio Ferreira, e deputado Nelson Jobim".

A IMPRENSA

O Cimi, além de focar os problemas minerais das terras indígenas à luz da revelação, tem também opinião sobre órgãos de imprensa. O Estado não merece, nos documentos que compulsamos, referência alguma — e acreditamos entender por

quê. Já neste mesmo relatório, o sr. Júlio Gaiger emite a seguinte opinião sobre a Folha de S. Paulo: "10 — A Folha de S. Paulo — que não parece mais dúvida alguma — é um jornal de direita. Vejam como reagiu, ontem, em editorial, às conquistas incluídas no anteprojeto da Comissão de Ordem Social" — e transcreve o editorial da Folha de S. Paulo de 17/06/87. Se não do Cimi, pelo menos da Associação Brasileira de Antropologia, há documento de 1984 dizendo que o sr. Roberto Marinho se fez porta-voz "dos interesses das mineradoras...".

Por outro lado, a desenvoltura com que no Cimi se trata da imprensa é de pasmar. Numa carta de A. Brand para G. Loebens (o "moço", pois há outro Loebens, o "velho", bispo de Lábrea), dá-se claramente a entender que há jornais, de influência regional e nacional, que concordam com as posições do Cimi. De um deles, por exemplo, diz-se: "...anda com a goela (de acordo com a tradução juramentada) muito grande. Eu ainda prefiro (...) só que este não aceita nosso estilo. É preciso fazer estralhar pois a coisa está por pouco, e o pessoal índio tem de pôr na cabeça que já é deles".

Igreja também está preocupada com minerais

O informativo de Júlio Gaiger sobre a Constituinte demonstra claramente que o Cimi é uma das pontas-de-lança dos interesses ditos "progressistas" na Assembléia Nacional Constituinte. À luz da "Diretriz Brasil nº 4 — Ano 0", compreende-se facilmente que a aliança com os setores constituintes situados à esquerda é meramente tática — pois o que interessa ao Cimi, de fato, é a questão mineral, como está expresso no documento citado. Para o Cimi, a solução da questão mineral não é um assunto afeto apenas à Assembléia Nacional Constituinte. De acordo com as diretrizes do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, a inserção na Constituição de uma série de providências que preservem de exploração as riquezas minerais é de fundamental importância. Não é tudo, porém. A "infiltração" a que se fez referência na reportagem publicada domingo é de maior relevância. Esse aspecto da questão está claramente expresso no extenso documento que analisaremos a seguir. Antes, porém, convém saber que a organização que cuida de uniformizar as informações sobre o andamento do trabalho definido na "Diretriz Brasil nº 4 — Ano 0" é o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), de extrema eficiência, que não cuida apenas de

gindo à medida que a discussão progride, ora mais áspera, ora menos. Vê-se, com clareza, que Nogueira defende posições que não agradam aos demais participantes. Ainda assim insiste nelas — especialmente na de julgar que o Itamaraty não é o bicho-papão que os demais pintam.

A certa altura, Brand emite juízo final sobre alguns deputados constituintes: "O professor poderia procurar pessoalmente o quarteto dizimador do índio, que é formado pelo deputado Otomar de Souza Pinto, da deputada Maria Marluce, do deputado Mozarildo Cavalcanti e do deputado Nilson Gibson. Sabemos que eles se encontram para discutir o problema do índio (grifo da Red.). Eles querem a aculturação, mas sem oferecerem (sic) um padrão e, com isso, envolvem o interesse do índio na Constituição com essa aculturação. Uma coisa nada tem a ver com a outra".

"ASSUNTOS INTERNOS"

A certa altura, Nogueira é apunhado em falso, ao fazer afirmação que parece ser a defesa do genocídio, para sustentar o progresso. A reação é dura e imediata, e ele se explica. Então, Brand toma a palavra de novo:

— Agora gostei. A princípio o senhor me apavorou um pouco, mas agora compreendo sua tentativa de pôr-nos em reserva, ou, como dizem, de pôr a atrás.

Irmão Egon — Eu estou de pleno acordo com o dr. Nogueira. A documentação recebida do Cedi-Paris, em fevereiro passado, não nos permite viver sob nenhum tipo de ilusão. A economia do mundo está em pé de guerra; isso inclui tanto a produção brasileira de minérios de competição, como os aspectos políticos com ela relacionados (grifos da Red.). O relatório, repassado, de Kuala-Lampur — S. Francisco — Londres... (interrompido)

Irmão Brand — Egon, os assuntos internos do Cimi e você estar (sic) falando sobre um assunto interno não devem ser aqui discutidos com o professor Nogueira. O relatório do Cedi-Paris nada tem que ver com o índio. Vamos deixar claro que nosso assunto é índio - mineração - constituinte - CNBB. E pronto. Vamos em frente e passar para o que interessa; estou certo, dr. Nogueira?

Dr. M. Nogueira — Se o senhor acha que tem que ser assim, para mim tudo Ok.

Egon — Antônio, nós já veiculamos as preocupações do Cedi-Paris quanto ao desemprego de mais de cem mil trabalhadores na Malásia, como resultado da política mineral do Brasil (grifos da Red.), da tentativa do Brasil de, pelo preço vil, descontinuar aquele tipo de mineração; acho até que o professor Nogueira, pelo que estávamos conversando antes da reunião, já sabe disso tudo... daí não compreender bem a interrupção.

Brand — É fato, dr. Nogueira. A grande realidade é que certas empresas brasileiras, lideradas pela Parapanema, vêm desenvolvendo uma política suicida na mineração específica da cassiterita, que é o minério do estanho. Talvez o Baynes tenha algo a explicar a respeito do assunto.

O "digesto" desta reunião é das peças mais importantes para compreender a ação do Cimi e o que, de fato, pretende quando se lança, com entidades afins, na defesa dos índios. Uma coisa desde já resulta clara: a preocupação do Conselho Indigenista Missionário com o fato de o Brasil vender estanho (tin) e com isso prejudicar a Malásia. A referência aos "Tin Brothers", que aparece em documento que citamos no material publicado domingo, começa a fazer pleno sentido.



O Banco Mundial recentemente cancelou parte do financiamento para o asfaltamento da BR-364. Por causa da pressão do Cimi

A luta pela soberania restrita

"A coisa está por pouco." Por isso é que as pressões têm de aumentar. É que o tempo urge para aqueles que desejam afirmar a soberania restrita do Estado brasileiro sobre as terras indígenas e impedir o acesso do Brasil — em condições de autonomia — ao mercado mundial de minérios. Por isso, as coincidências aumentam.

Em Viena, nestes dias, reuniu-se a conferência internacional sobre o tema "O futuro do ser humano e o meio ambiente na região amazônica", convocada por uma entidade até agora pouco falada: "Sociedade para os Povos Ameaçados". Encerrando-se amanhã o recebimento das emendas populares à Constituição brasileira, é sintomático que nesta reunião se tenha traçado o plano de ação para restituir aos índios seus direitos sobre a Amazônia. Coincidência maior é que nessa conferência se tenha feito apelo a que o Banco Mundial seja o grande defensor dos interesses indígenas e do meio ambiente. Mais do que qualquer comentário, fala o telegrama da DPA recebido de Viena, ontem:

"Conferência amazônica reclama direitos para indígenas". Viena, 10 (DPA) — Um plano de ação para restituir os direitos dos indígenas da região amazônica na América do Sul foi aprovado hoje em Viena pela conferência internacional, "O futuro do ser humano e do meio ambiente na região amazônica", convocada pela "Sociedade para os Povos Ameaçados".

Os participantes da conferência endereçaram petição ao ministro austríaco das Finanças, Ferdinand Lacina, para que este influa sobre o Banco Mundial a fim de que deixe de financiar projetos que ameacem os indígenas e seu meio ambiente. A resolução final da conferência, que se encerrou hoje, assinalou os múltiplos perigos que surgem do desmatamento da selva amazônica, que destrói a fauna e a flora e, com isso, a base vital dos aborígenes.

Uma ameaça para seus interesses vitais são não apenas os projetos de desenvolvimento mal enfocados e os grandes projetos energéticos, de mineração e agricultura, que se realizam com a cooperação de consórcios internacionais e do Banco Mundial. Segundo os conferencistas, é também um perigo a "doutrina de segurança nacional" adotada pelos países sul-americanos, ao construir na selva estradas levando em conta pontos de vista estratégicos, dividindo as populações indígenas.

O confronto com a civilização, ao

estabelecer vias de comunicação — assinalaram —, contribuíram ademais para que os indígenas se contagiem com enfermidades desconhecidas para eles. Muitos morrem, por exemplo, vítimas da gripe.

A conferência criticou também a política cultural e de educação dos Estados sul-americanos, que não reconhece a cultura indígena e não leva em consideração as crianças indígenas na educação escolar.

A isso há de acrescentar, assinalaram, a repressão política e uma legislação que, por um lado, garante o direito dos indígenas sobre sua terra, mas, ao mesmo tempo, se evade graças a outras normas legais, como por exemplo as relativas à exploração ou posse de terras.

OUTRAS COINCIDÊNCIAS

Coincidência ou não, em 1981 o Conselho Mundial das Igrejas havia afirmado, em sua "Diretriz Brasil nº 4 — Ano 0", que se deveria impedir a construção de estradas e barragens, evitar a formação de pastagens, fazendas e plantações de qualquer tipo e "o fracionamento do território" das nações indígenas, principalmente por meio de estradas públicas ou privadas. Não deixa de ser igualmente

interessante a coincidência entre a diretriz de 1981, a resolução da conferência da Sociedade para os Povos Ameaçados e as afirmações de A. Brand, em carta a G. Loebens, de 3 de junho de 1987: "Aliás, é incompreensível o comportamento flácido de vocês com relação à CN (N. da R. — Calha Norte). E o muro de Berlim cortando a nação básica do nosso projeto. Não interessa se será de 150 ou um quilômetro; de qualquer maneira é ruptura. E droga. Seja qual for a largura, adeus trânsito livre. E a quebra da unidade da nação tudo muda".

As decisões dessa conferência internacional que se encerrou dia 10 em Viena se enquadram perfeitamente no espírito e na letra das diretrizes do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs: impedir que estradas passem por território declarado indígena e impedir o perigo da mineração na área. Em outras palavras, criar as condições para a afirmação da soberania restrita e afastar os países amazônicos do mercado mundial de minérios.

PRESSÕES ANTIGAS

O novo alvo das pressões, pelo que se desprende das resoluções des-

sa conferência de Viena, é o Banco Mundial. O Bird já vem opondo restrições a projetos que não respeitem o meio ambiente e, ainda recentemente, cancelou parte do financiamento para o asfaltamento da BR-364.

O asfaltamento dessa estrada, que liga Porto Velho a Rio Branco, sempre foi objeto de ação contrária dos "ambientalistas, ecologistas, seringueiros, índios e entidades de apolo". Na VII Assembléia Nacional do Cimi, realizada em Rio Branco, aprovou-se o relatório da Regional da Amazônia Ocidental em que se diz a respeito dessa estrada:

"O asfaltamento da BR-364 é um sonho do povo acreano e, de modo especial, do governo estadual e da classe empresarial".

Visto que com o asfaltamento virá também toda frente migratória e empresas agropecuárias e madeleiras que, a curto e médio prazos, haverão de invadir as áreas indígenas e reservas extrativistas, é que se criou um "movimento de resistência" à BR-364. Em função desse movimento, que envolve ambientalistas, ecologistas, seringueiros, índios e entidades de apolo, é que o próprio Bird exigiu do governo brasileiro um plano de ação complementar ao asfaltamento da BR-364. Esse plano complementar recebeu o nome de PMA-CI (Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas).

A princípio, o "movimento de resistência" à BR-364 não é contrário ao simples asfaltamento da rodovia, mas sim às suas consequências. A fim de que os danos à população regional sejam minimizados é que se exige o cumprimento do PMA-CI antes da conclusão do asfaltamento, e não durante ou depois, como o pretendem os políticos e a classe empresarial.

Visto que nem o Inera, a Fumal e a Sema têm cumprido os seus compromissos é que permanece a grande pressão no Bird, a fim de que não libere os recursos para o asfaltamento.

Na questão indígena, um dos maiores entraves para a não-demarcação das áreas é a famosa e já conhecida questão da faixa de fronteira, área de segurança nacional. Várias áreas têm sido aprovadas pelo grupo, porém estão empuçadas ao Conselho de Segurança Nacional e, por conseguinte, sem decreto presidencial".

OS INTERESSES DIFUSOS

Em 16 de junho de 1987 (o documento não faz menção a local, devendo ser Brasília), reuniram-se algumas pessoas para discutir assuntos diversos: da Constituição à mineração, passando pela infiltração nas áreas indígenas. Pela CNBB, estava o padre Celso Pedro (possivelmente o atual subsecretário, Celso Pedro da Silva); pelo Cimi, uma pleiade de ativistas: o irmão leigo Antônio Brand, Júlio Gaiger, o propagandista já conhecido, irmão Egon Dionísio e o irmão Stevens Baynes. Pelo Cedi, Iris Lella Amaral, que secretariou a reunião; pela Biblioteca do Desenvolvimento Econômico do Brasil, Mauro A. Nogueira.

Como disse o padre Celso, era uma reunião para que Nogueira, amigo e colaborador, fosse apresentado, levando-se em conta que tem um longo trabalho a desenvolver, referente à expansão da atividade mineral, do desenvolvimento econômico do País e nesse trabalho ele vai forçosamente abordar aspectos relacionados com a mineração em terras indígenas, assuntos da Calha Norte, assuntos do Cimi e da CNBB. O dr. Mauro — acrescentava o padre Celso — é pessoa muito justa e gostaria de fazer tudo com a maior isenção ou, na medida do possível, sem prejudicar nossos trabalhos, principalmente nossos objetivos na Constituição.

Foi uma reunião extremamente tensa. A certa altura, diante de observações extremamente radicais de Nogueira, Brand não se contém e exclama: "Além da fome, agora estou enfiado. Vamos suspender, é apenas uma proposta, e voltar às 15h30, talvez contando com uma melhor reunião do professor Nogueira". Ao fim do encontro, novamente com a palavra, Brand diz que fará um "digesto" e acrescenta: "Não preciso insistir, no acordo preliminar, em que é um assunto sumamente confidencial. Eu até acharia que a leitura seria simples, aqui na sede, seria mais confortável, mas não quero que o senhor (N. da R. — Nogueira) se vá com a impressão de que não confiamos. Em última análise, quem decide é a Iris. Mesmo assim, eu lembro que qualquer informação a respeito desse assunto chegará ao nosso conhecimento muito rapidamente...".

O "QUARTETO DIZIMADOR"

Os assuntos são vários e vão sur-

Empresários e povo sonham com o asfalto. O Cimi é contra

Continua na próxima edição

“Uma violação da soberania nacional”

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

“Violação da própria soberania nacional.” Esta foi a reação do deputado e professor de direitos constitucionais Michel Temer (PMDB-SP) ao comentar a denúncia feita por O Estado de S. Paulo sobre a disposição de 47 mil austríacos de influir na nova Constituição, introduzindo o conceito de soberania restrita sobre as terras indígenas. Por essa emenda, ficaria excluída a exploração de riquezas minerais na Amazônia.

Para o ex-procurador-geral do Estado de São Paulo e ex-secretário de Segurança, o Brasil não precisa da intervenção de ninguém para resolver seus problemas internos. O atual projeto de Constituição, explicou Temer, confere aos índios o direito à palavra, e, à Nação, a exploração dos minérios em seu território.

Atuando como um dos auxiliares de Bernardo Cabral na redação do novo texto constitucional, Michel Temer disse que é inadmissível que forças externas façam sugestões em forma de emendas à Carta máxima da Nação. Esse gesto, frisou o parlamentar, significa a violação da nossa soberania.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, disse que não cabe aos estrangeiros, quer entidades clássicas, religiosas ou econômicas, tentar impor fórmulas que orientem a política nacional quanto ao seu relacionamento com as comunidades indígenas, que deverão ser definidas pela Constituição.

Segundo Chiarelli, os índios são também brasileiros. Sua cultura deve ser preservada mas é preciso que se ache um ponto de equilíbrio onde se consiga estimular o desenvolvimento econômico e tecnológico da sociedade nacional sem prejudicar o meio ambiente e agredir o índio.

Chiarelli acredita que não se pode preservar os valores culturais e sociais das comunidades indígenas e castrar a sociedade brasileira e os próprios índios dos benefícios que advirão da exploração racional dos recursos naturais eventualmente existentes em suas terras.

O líder do PFL comentou ainda a posição do ministro das Minas e

Energia Aureliano Chaves, que recebeu elogios do Conselho Indigenista e Missionário (Cimi) por ter suspenso os efeitos da portaria 1/87 de 18 de maio, da Funai e do DNP, abrindo as áreas indígenas às atividades minerais.

A posição de Aureliano, para Carlos Chiarelli, embora possa parecer, à primeira vista, um ato de imposição, é uma demonstração de apreço à classe política e à Constituinte, a quem caberá a palavra final sobre o assunto.

“Que eles cuidem do que é deles, que nós cuidamos do que é nosso”, reagiu o deputado Homero Santos (PFL-MG) ao tomar conhecimento da denúncia feita por O Estado de S. Paulo. Na opinião do deputado mineiro, o Brasil não pode vender sua soberania. E por esse motivo, “ninguém tem nada a ver com o que produzimos”. Homero Santos destacou que “esta gente”, referindo-se aos austríacos, “tem que cuidar de seus problemas, pois temos condições suficientes para tratar da nossa soberania”.

Segundo o deputado Aloysio Chaves (PFL-PA), a denúncia “é muito grave, por isso, o governo deve fazer uma apuração bastante rigorosa, com o objetivo de dar mais informações à Assembleia Nacional Constituinte”. No seu entender, a soberania nacional tem que ser preservada, “sem deixar de lado o apoio aos indígenas”. Entretanto, o deputado destaca que esse apoio tem que ser dado sob a direção do governo brasileiro, “não com interferências de fora”.

“Não sabia que as sugestões dos austríacos tinham tanto peso nas decisões da política brasileira.” Assim o líder do PFL, deputado José Lourenço, comentou a denúncia de O Estado. E acrescentou: “E olhe que te garanto: vai ter muita gente defendendo isso. Naturalmente, não são maioria. São, porém, os mesmos que nos vêem pelos olhos da Albânia”.

Ele responsabilizou a “esquerda que existe no Brasil, a esquerda burra. Se vier proposta externa, com sabor albanês, é boa para o Brasil. Se for, porém, sugestão de interesse nacional, que não tenha o mesmo paladar de Tirana, não serve. Só serve o que vier da Albânia”.



Gerson Peres condena interferência externa no País

Para deputado, advertência

A Mesa da Assembleia Nacional Constituinte deveria ter devolvido, na hora, a emenda proposta por cidadãos austríacos porque “isso é um atentado à soberania da própria Assembleia”, afirmou ontem, no plenário da Constituinte, o deputado Gerson Peres (PDS-PA), cobrando de Ulysses Guimarães providências para apurar as denúncias feitas por O Estado de S. Paulo.

O deputado respondeu à nota da CNBB argumentando que a denúncia não é superficial: “O jornal cita o número da emenda, o número de cidadãos austríacos que a assinaram, numa interferência indebita em as-

suntos internos brasileiros. Não aceitamos que estrangeiros venham nos dizer como fazer a política do índio no Brasil, nem podemos aceitar que essa denúncia, lançada por um dos mais sérios jornais do País, não seja apurada. V. exa. — concluiu, voltando-se para Ulysses — tem o dever patriótico de apurá-la”.

A denúncia foi também comentada pelo deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) que condenou a tentativa de “internacionalização da Amazônia”, afirmando que os índios não têm tradição de exploração do subsolo e que as riquezas minerais devem pertencer à União.

Presidente da Funai se diz “estarecido”

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

“Estou estarecido e preocupado”, disse ontem o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Romero Jucá Filho, ao comentar a denúncia divulgada pelo Estado. Sobre o envolvimento da Igreja, ele frisou que é católico e não acredita que a entidade esteja ligada aos fatos. Mas não descartou o interesse de “pessoas da Igreja” em pressionar a Constituinte, citando os integrantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), cuja estrutura considera maior do que a própria Funai.

Jucá Filho revelou que não desconhecia totalmente o assunto, porém jamais imaginou que o problema tivesse tamanha dimensão. E confessou que ele próprio vem sofrendo “pressões internacionais” nos últimos meses sobre a demarcação das terras indígenas e contra a mineração nessas áreas. Para o presidente da Funai, o lobby externo foi intensificado depois que ele assinou a portaria conjunta com o Departamento Nacional de Produção Mineral autorizando a entrada de mineradoras nas áreas indígenas. Em sua avaliação, o principal grupo de pressão é do Banco Mundial, que tem aplicado recursos para desenvolver projetos de demarcação no País. Há também interesses de parlamentares, que ele não quis identificar. Mesmo assim, a Funai vai manter a portaria em vigor.

A Constituinte desconhecera o documento

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A “emenda popular” encaminhada à Constituinte pelo Movimento de Jovens Católicos da Áustria, (Dreikoeningsaktion der Katholischen Jungesher Österreich), com 47 mil assinaturas defendendo a exclusão de emenda nem sequer de sugestão para a nova Constituição. A Comissão de Sistematização entende que o documento austríaco não cabe nos limites estabelecidos pelo regimento interno da Constituinte, que prevê a apresentação de emendas apenas por eleitores brasileiros.

Quando foi entregue ao relator-geral da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) o documento foi considerado por ele como um sinal da importância da Constituinte “perante o mundo”. Cabral, que posou para diversas fotos junto à montanha de papéis com as assinaturas dos jovens ecologistas austríacos, afirmou várias vezes aos jornalistas: “Essa emenda demonstra o interesse que a Constituinte vem provocando no Exterior e a maneira séria como ela é encarada”.

Pelo fato desse tipo de iniciativa não se adequar ao regimento interno e para não expor a Constituinte a um ato de descortesia em nível internacional, a “emenda popular” vinda da Áustria foi anexada às milhares de correspondências recebidas pelo relator Bernardo Cabral e tratadas dos mais diversos assuntos ligados à elaboração da nova Constituição do País.

E a CNBB ameaça até processar jornal

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

“Trata-se de um lobby fortíssimo, que visa a varrer de uma vez por todas qualquer perspectiva de vitória para os índios brasileiros” — disse ontem o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Brandt, ao comentar as denúncias publicadas no domingo pelo jornal O Estado de S. Paulo, sobre uma campanha organizada para restringir o exercício da soberania do Brasil sobre as terras indígenas. As denúncias provocaram uma nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), à qual o Cimi está ligado, assinada pelo seu presidente, dom Luciano Mendes de Almeida, na qual afirma que “aguardará as matérias posteriores anunciadas por O Estado para proceder a seu exame total e tomar as providências cabíveis, inclusive a nível judicial, se for o caso”.

Para a CNBB, a matéria “revela uma leitura tendenciosa” das atividades da Igreja e baseia-se em informações “absolutamente falsas”. O subsecretário-geral da CNBB, cónego Celso Pedro da Silva, negou que o Cimi esteja vinculado ao Conselho

Mundial das Igrejas Cristãs, autor do documento “Diretrizes para o Brasil nº 04 — ano 0”, bem como à própria Igreja Católica brasileira. “Ao que sabemos, o Conselho congrega as Igrejas Evangélicas” — frisou. Para o subsecretário, também é inverídica a notícia de que o Cimi possui um arquivo secreto e, quanto ao documento, ele afirmou desconhecer a sua existência, bem como da carta atribuída a seu secretário executivo. O assessor de imprensa da CNBB, padre Arnaldo Betrami, informou que apenas a Santa Sé tem um observador no Conselho, mas negou que a entidade tenha qualquer representação no Brasil.

Enfatizando que a matéria de domingo de O Estado tem a ver com a entrega, amanhã, de emendas populares à Assembleia Nacional Constituinte em favor dos índios, o assessor jurídico do Cimi, Júlio Geiger, bem como a nota da CNBB, insistem em que a proposta do Cimi à Constituinte é de que o Brasil seja reconhecido como um “Estado pluriétnico”, sob cuja soberania convivem, além da sociedade majoritária, várias nações indígenas. “Isso não pode ser entendido como uma agressão ou risco à soberania do Estado” — afirmou Brandt.

“Exterminio que envergonha”

Esta é a nota divulgada pela CNBB:

“Surpresos, tomamos conhecimento da matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, em sua edição de domingo, 09/08; afirmando que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão anexo à CNBB, estaria engajado em suposto projeto de conspiração internacional propagando o conceito de soberania restrita do Estado brasileiro sobre as áreas indígenas. A matéria revela a leitura tendenciosa das atividades da Igreja e baseia-se em informações absolutamente falsas. Manifestamos o nosso veemente repúdio às afirmações de O Estado que visam claramente varrer da futura Constituição a garantia dos direitos indígenas.”

1 — O Cimi nunca postulou junto à Assembleia Nacional Constituinte o estabelecimento do Estado de soberania restrita para as nações indígenas.

2 — O Cimi não é vinculado ao Conselho Nacional de Igrejas e tampouco o representa. Da mesma forma, desconhece o documento identificado como “Diretriz Brasil nº 4 — ano 0”.

3 — Quanto ao citado documento de Barbados ele não foi assinado pela Igreja. O único brasileiro que o assinou foi o conhecido antropólogo Darcy Ribeiro.

4 — O Cimi não possui nenhum arquivo secreto. Como qualquer organização privada ou oficial, o órgão indigenista possui arquivo para pesquisas e documentação. O Cimi nega ainda a existência da carta atribuída a seu secretário executivo.

5 — O relacionamento do Cimi com comunidades cristãs e entidades solidárias de outros países objetiva o fortalecimento da solidariedade humana em torno da defesa da vida das comunidades indígenas, sem nenhum propósito de incentivar ou propiciar ingerências indevidas na condução dos assuntos internos do Brasil.

6 — A proposta do Cimi à Constituinte é de que o Brasil seja reconhecido como um Estado pluriétnico sob cujas soberanias convivem, além

da sociedade majoritária, várias nações indígenas, a exemplo de constituições modernas de outros países. Não corresponde à verdade a afirmação de que o Cimi defende a soberania restrita da União sobre as terras indígenas.

O Cimi propõe ainda a demarcação das terras indígenas garantindo aos povos nativos o usufruto das riquezas nelas existentes. Essa proposta é fruto de debates e estudos interdisciplinares e visa garantir a sobrevivência física e cultural das nações indígenas no Brasil, até hoje vítimas de um processo de extermínio que envergonha o País e contra o qual já bradaram personalidades como José Bonifácio, Marechal Rondon e muitos outros patriotas.

Todas as emendas encaminhadas pelo Cimi à Assembleia Nacional Constituinte privilegiam claramente a União Federal, o que evidentemente não agrada às empresas de mineração e aos interesses do capital internacional.

7 — O Cimi nunca se opôs a medidas militares que visem a garantia de nossas fronteiras como está bem explicitado na nota oficial divulgada em outubro de 1986, quando se tornou público o projeto Calha Norte. O Cimi, como as próprias comunidades indígenas, não se opõe a providências dirigidas ao bem-estar da população amazônica e à guarda das fronteiras brasileiras. Não admite, porém, que modelos autoritários de desenvolvimento sejam, mais uma vez, implementados às custas dos povos indígenas.

8 — Seria oportuno que o Congresso Nacional, bem da verdade, constatasse a improcedência das denúncias formuladas pelo jornal O Estado de São Paulo.

9 — A presidência da CNBB aguardará as matérias posteriores anunciadas pelo O Estado para proceder à seu exame total e tomar as providências cabíveis, inclusive a nível judicial, se for o caso.

Brasília, 10 de agosto de 1987
Presidência da CNBB

SECRETARIO DE BRESSER QUER DAR MAIS UM CANO:

O sr. NAKANO além do KANO internacional brasileiro, quer que as pessoas físicas no Brasil ainda entrem mais pelo KANO. Com aumento nos impostos de renda, patrimônio e estendendo talvez um compulsório sobre o pouco oxigênio que resta à atividade privada, asfixiando qualquer iniciativa da pessoa física na economia. Contraindo toda a teoria prática econômica moderna representada pela eleição em todos os países civilizados: Alemanha, Inglaterra, Portugal, Estados Unidos... Adversários das taxações elevadas e favoráveis à livre iniciativa. Enfim o PMDB deu mais um KANO nos brasileiros e brasileiras, e o destino dos que se deixaram ludibriar pelos Kanos dos artífices do PLANO CRUZ CREDOVIVA A SESTATAIS ETODAS AS BRAS DO PAÍSI